

# 10

## INTEGRAÇÃO E ENCONTRO NA TUTELA HUMANITÁRIA<sup>1</sup>

A impressionante profundidade analítica deste volume (Kohlbacher and Schiocchet, 2017) é proveniente de um esforço conjunto, envolvendo acadêmicos associados à *Refugee Outreach & Research Network* (ROR-n), para compilar e interpretar dados gerados por um estudo piloto, financiado pela Academia Austríaca de Ciências (ÖAW) e conduzido pelo *Instituto de Pesquisa Urbana e Regional* (ISR) juntamente com o *Instituto de Antropologia Social* (ISA) – dois dos principais institutos de pesquisa associados à ROR-n.

A maioria dos refugiados no mundo vem do Oriente Médio e Eurásia e a maioria dos migrantes forçados na Europa também vem desta região (Schiocchet, 2016, 2017a). O chamado “Verão do Refúgio”, quando um sem precedente número de migrantes forçados solicitou asilo na Europa, no verão de 2015, fez deste fato algo observável desde Portugal até a Península Balcânica. O presente volume contribui com o aprofundamento de dados qualitativos sobre migração forçada a partir do Oriente Médio e Eurásia Central para a Europa, ao discutir como refugiados sírios, iraquianos e afegãos chegaram na Áustria e se relacionam com este contexto regional e urbano. A pesquisa aqui apresentada foca no momento único das primeiras experiências destes refugiados na Áustria,

---

<sup>1</sup> Capítulo original, em inglês; Schiocchet, Leonardo; “Integration and Encounter in Humanitarian Tutelage”. In Josef Kohlbacher and Leonardo Schiocchet (eds.), *From Destination to Integration Afghan, Syrian and Iraqi Refugees in Vienna*. Österreichische Akademie der Wissenschaften, Wien, pp.9-36, 2017.

o que é essencial para a compreensão do desenvolvimento da interação entre refugiados e acolhedores ao longo do tempo.

Esta perspectiva “presentista” (George Stocking Jr., 1968) do ponto de vista das vítimas de deslocamento está, também, em concordância com pesquisas estabelecidas e contemporâneas sobre memória e agência (Halbwachs, 1992; Sayigh, 1998; Radstone, 2000; Sa’ad & Abu-Lughod, 2007; Tuolock, 2009; Passerini, 2014). Assim, a importância desta oportuna contribuição dificilmente pode ser superestimada.

A Europa carece enormemente de um reexame de suas atitudes frente à migração forçada e, nesta via, a Áustria não é uma exceção. Um termo em particular sempre vem à mente quando tais atitudes são consideradas, seja em relação à sociedade acolhedora ou aos refugiados e solicitantes de asilo: integração. Mas, o que é integração? Quais são suas condições de possibilidade? Como é mobilizada como discurso e prática? E, o que a integração deixa de fora?

Estas são algumas das questões mais urgentes impostas pela chegada do grande número de refugiados à Europa durante o “Verão do Refúgio”. O presente volume é um reporte de um estudo piloto, conduzido por pesquisadores da ROR-n, cuja pesquisa se deu acerca de requerentes de asilo e refugiados sírios, iraquianos e afegãos na Áustria. Contudo, é também um esforço bastante oportuno para se referir às questões acima mencionadas através de dados coletados à primeira mão, além do uso de abordagens teórico-metodológicas de ponta. Cada capítulo aborda a integração, ou melhor, aquilo que prefiro chamar de “o encontro” entre refugiados e seus acolhedores, ao explorar diferentes aspectos, nuances e competências transdisciplinares diversas.

Eu utilizo o termo “encontro” para desafiar as suposições que o termo “integração” implica, de uma forma semelhante à que Lieba Faier e Lisa Rofel empregam para o termo:

Estas etnografias exploram como ocorre a criação da cultura através de relações desiguais, envolvendo dois ou mais grupos de pessoas e coisas que parecem existir em mundos culturalmente distintos. O tempo encontro se refere aos engajamentos diários através da diferença. Etnografias do encontro focam nas dinâmicas transculturais e relacionais destes processos (2014:363).

Entretanto, em vez disso, minha discussão enfatiza o encontro entre migrantes, migrantes forçados ou outros e seus acolhedores (Schiocchet, 2017a, 2017d). Meu ponto não é desacreditar a importância do conceito de integração em geral, mas apenas sugerir que encontro é mais apropriado enquanto uma ferramenta científica para investigar como diferentes visões de mundo influenciam umas às outras a partir do contato, o que, por sua vez, não garante necessariamente o imperativo normativo de se adequar às normas umas das outras. Enquanto a integração permanece sendo uma importante ferramenta política, acadêmicos deveriam, em primeiro lugar, investigar o encontro em grande escala e, somente depois buscar respostas para as políticas de integração. Este ponto de vista mais holístico, por sua vez, conduz a discussão para aquilo que Noel Salazar e Alan Smart (2011) chamaram de (im)mobilidade. No entanto, ao passo que Salazar e Smart enfatizam, com razão, a importância da imobilidade física ao considerarem os refugiados, meu foco está na experiência da imobilidade. Como desenvolvi em trabalhos anteriores (ver, por exemplo, Schiocchet, 2017a), refugiados – obrigados a cruzarem fronteiras em vez de permanecer em seus locais de origem, vivendo em abrigos superlotados, e servindo de presa fácil para as máquinas de guerra que os

circundam – não se sentem móveis, mas frequentemente se sentem imóveis, mesmo que saltem de país em país e de continente em continente.

Assim, neste capítulo introdutório, familiarizo o leitor com os capítulos seguintes e com como cada um destes está inserido na literatura atual sobre refugiados e migrantes para, de uma forma ou de outra, dialogar com a integração. Isto, por sua vez, irá sublinhar as bases teórico-metodológicas das contribuições em relação aos desafios contemporâneos dos estudos sobre migração e migração forçada. Neste sentido, argumento que este volume está imbricado com a interface entre a integração e o que eu chamo de encontro, oferecendo inspirações inovadoras na interseção entre os estudos acadêmicos da migração forçada e a política. Por fim, afirmo que as vozes dos refugiados ouvidas neste livro de longe sugerem que o encontro entre refugiados, Áustria e austríacos é mais bem entendido através das lentes da tutela. O conceito de tutela, por sua vez, tem sido raramente aplicado pela compreensão antropológica dos refugiados, e é usado com mais frequência pelos estudos das minorias indígenas (Paine, 1980; Dyck, 1991; Lima, 1995, 2008; Palmie and Stewart, 2016) ou de regimes legais internacionais sobre dados territórios e suas populações (Goertz and Diehl, 1992; Alston and Macdonald, 2008; Berman, 2011). A sessões seguintes apresentarão, também de forma crítica, os capítulos através de tópicos-chave, evidenciados neste volume, antes de apresentar minha própria conclusão geral sobre o encontro e a tutela.

### **ESTADO-NAÇÃO, DEMOCRACIA E HUMANIDADE**

Enquanto a maioria dos que contribuíram para este volume são antropólogos, a cientista política Monika Mokre é uma exceção. O

interesse de Mokre em questões gerais com relação às competências do Estado-nação austríaco, enquanto informado por princípios democráticos e noções liberais de humanidade, é um ponto ideal de onde partir ao explorar este volume, antes de focar mais diretamente nos próprios migrantes forçados e suas atitudes para com a Áustria. Para ela, a Áustria atual é uma “sociedade dividida”, produtora da *Willkommenskultur* (Cultura de Boas-vindas) e, concomitantemente, empenhada no fechamento de fronteiras. Ao passo que esta aparente inconsistência parece nova nos dias de hoje, ela é apenas a mais nova versão de uma série de outras que parecem seguir um certo padrão global, que a literatura especializada que a autora traz torna evidente. Como pode ser deduzido a partir de seus apontamentos, valores democráticos aliados ao medo da perda de identidade e do bem-estar do Estado de direito sustentam esta inconsistência. A integração é, assim, ao mesmo tempo valorada e descreditada.

Ao questionar como os refugiados podem integrar e ser integrados, apoiada por Charles Taylor (1992), a autoria argumenta que os princípios liberais igualitários são baseados em uma compreensão da dignidade humana que é, por sua vez, dependente de autonomia, compreendida como a habilidade de cada pessoa em determinar por si mesma uma visão de sua vida preferida. Igualitarismo, ou igualdade, juntamente com o respeito pela dignidade humana, são pontos notoriamente difíceis de se sustentar em relação a sujeitos vulneráveis, particularmente quando o Estado ultrapassa as suas capacidades.

Assim, Mokre argumenta que é neste pano de fundo que as políticas sobre refúgio deveriam ser consideradas. Ela nos lembra que o Estado de direito, como pressuposto da democracia, deve ser aplicado

também aos não cidadãos de um certo território, como evidenciado no Artigo Sexto da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos têm o direito ao reconhecimento enquanto pessoa, onde quer que seja, perante a lei” (1948). Isto reflete a obrigação moral, de inspiração liberal do Norte global, em se respeitar a dignidade humana.

Contudo, Mokre argumenta que, talvez, apesar destes princípios liberais, a integração dependa não apenas da autonomia individual, mas também da coesão coletiva, o que, por sua vez, tem dimensões externas e internas. No Norte global democrático, a dimensão externa é comumente a cidadania, que funciona como um aparato de inclusão tanto quanto de exclusão. A dimensão interna, por sua vez, é baseada em confiança e lealdade ao Estado e concidadãos, ainda que não necessariamente equiparados em termos de tomadas de decisão política. Neste sentido, refugiados são também “não-cidadãos”, sujeitos às leis em que estão excluídos dos processos de confecção. Esta observação está alinhada tanto com trabalhos clássicos como os de Liisa Malkki (1995a) e Michel Agier (2008), como com trabalhos de vanguarda de Ilana Feldman e Miriam Ticktin (2010), Didier Fassin (2012) e Michel Agier (2012b), que enfatizam que, na ordem nacional/humanitária do mundo, a cidadania é uma pré-condição para direitos humanos plenos. De acordo com o argumento de Mokre, a integração é frequentemente tomada como condição para a possibilidade de refugiados se tornarem cidadãos de um dado Estado acolhedor, sendo, assim, a dimensão externa (inclusiva/exclusiva) da coesão coletiva que define sua condição. Entendo que isto signifique que refugiados estão sujeitos a um contrato social que não podem negociar, o que nos traz ao princípio da tutela. De acordo com o dicionário Merriam-Webster, “tutela” significa “um ato ou ação de guardar ou proteger (...) o

estado de estar sob um guardião ou tutor (...) o direito de poder de um tutor sobre um aluno (...) dependência (...) uma influência determinante exercida sobre um indivíduo por uma pessoa, escola ou movimento” (Webster's Third New International Dictionary, 1986:2470). Ou seja, sob tutela, um sujeito ou população é considerada como não tendo capacidade plena de tomar suas próprias decisões e é governada por outra parte, que age como seu benfeitor. Apoiada por princípios liberais ou não, a tutela existe tanto em sociedades democráticas liberais como em outras formas de organização política. Na medida em que refugiados não decidem seu próprio destino e não participam da confecção das políticas que os afetam, estão, por definição, sob tutela.

Para Mokre, ser informado do Estado de direito em um Estado-nação por seus oficiais competentes e cortes jurídicas, incluindo o informe sobre direitos, status legal e as consequências das decisões dos sujeitos, tem um impacto importante na dignidade humana e, conseqüentemente, nos princípios liberais de lugares como a Áustria. Isto é válido não apenas para cidadãos de tais Estados-nação, mas também para refugiados e outros “não-cidadãos”. Assim, é importante que, de acordo com a autora, 30% dos entrevistados na pesquisa apresentada neste volume tenham expressado ter bom conhecimento de sua situação legal na Áustria. Contudo, mais de 25% deles expressou ter um conhecimento inadequado de sua situação legal na Áustria, estando frequentemente “extremamente confusos” e “traumatizados”. Enquanto a pesquisa também revelou que redes informais de refugiados e requerentes de asilo ajudam a compartilhar conhecimento legal na Áustria, esta é uma tarefa do Estado, uma vez que este é parte da informação necessária para reforçar o Estado de direito, mas, também,

para promover a dignidade humana e, mais ao ponto, encorajar a integração. Ao lado do conhecimento acerca dos procedimentos legais, o acesso à educação (incluindo-se o aprendizado do(s) idioma(s) nacional(ais)), a saúde e o mercado de trabalho são, também, componentes necessários para o sucesso da integração dos refugiados. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada também revela que as políticas austríacas sobre isto eram frequentemente insuficientes.

Gostaria de sugerir que as experiências negativas dos refugiados *vis-à-vis* sua integração precisam ser antes analisadas contra o pano de fundo da confusão generalizada e do trauma que muitos enfrentaram – já devido às fugas de seus locais de origem e suas consequências, e não apenas contra as políticas inadequadas de um país acolhedor. No entanto, é também preciso que o Estado acolhedor leve em consideração estas dificuldades ao conceber suas políticas para refugiados. Isto é, na mesma moeda, as dificuldades dos refugiados em integrar-se não podem ser consideradas “culpa” dos refugiados. E uma política bem-sucedida para o refúgio não pode depender exclusivamente de “integração” total, mas precisa, em vez disso, levar em consideração medidas frente ao relativo fracasso da integração e criar ou reforçar mecanismos de apoio para enfrentar esta realidade. Rejeitar simplesmente o contingente que “falhou” na integração e deportá-los do território nacional implica considerar os refugiados a partir da plenitude de suas capacidades e responsabilidade enquanto sujeitos. Isto, por sua vez, está em direta contradição com os princípios da tutela e do respeito pela dignidade humana.

Significativamente, os entrevistados também veem o Estado austríaco de uma forma mais positiva do que veem as instituições, tais

como as ONGs nacionais e internacionais, com as quais interagem rotineiramente. Confiam também no Estado de direito, enfatizado pelas representações do seu país de origem enquanto corrupto. Sobretudo, a vasta maioria destes tem uma percepção bastante positiva da Áustria e dos austríacos, o que Mokre sugere que poderia ser associado ao período da “Cultura de Boas-vindas” em voga na chegada desta maioria e que, mais tarde, se tornou “política de muros” (Mokre, 2016). O capítulo da autora, como outros deste volume, sugere que as avaliações negativas da Áustria, por sua vez, foram relacionadas a sentimentos de privação de direitos, em vez de já estarem em curso antes da chegada dos refugiados no país. A privação de direitos é claramente a moeda de troca da integração. Isto, portanto, sugere que, para evitar tais sentimentos e as associações que estes podem provocar, “integração” pode ser mais eficiente do que a deportação, pois enquanto a deportação pode tirar indivíduos apenas depois de identificados como problemas em potencial, o processo de “integração” (de responsabilidade compartilhada entre migrante forçado e Estado) deveria prevenir que sujeitos se tornem problemas em potencial. Além disso, o capítulo de Mokre também sugere que quando as políticas de integração são extremas, ao ponto de serem percebidas como assimilação, os refugiados tendem a se ressentir e a resistir tais políticas. Como aponta um refugiado por ela citado: “trata-se de respeito por si próprio e pelas próprias pessoas” – o que incidentalmente está em acordo com o princípio do respeito pela dignidade que constitui um alicerce da democracia. Isto apoia a proposição de Mokre de que o crescente medo de estrangeiros e da xenofobia na Áustria representam uma grande ameaça aos refugiados e, sugiro, à própria democracia austríaca.

Da mesma forma, a autora afirma que, baseadas em convenções internacionais, leis da União Europeia, legislação nacional e planos de ação, mas também em princípios da democracia liberal, é necessário melhorar as estruturas e procedimentos relacionados às leis sobre asilo e refúgio na Áustria e na Europa em geral. Em particular, o conhecimento sobre status legal, procedimentos e direitos deveria ser dado aos refugiados, independentemente de sua língua materna. Já que a migração, forçada ou não, é um forte elemento componente das sociedades europeias contemporâneas e assim permanecerá pelas próximas décadas, a coesão social apenas pode ser reforçada ao se prover aos recém-chegados as condições de possibilidade para sua participação autônoma.

### **SOBRE INTEGRAÇÃO**

O capítulo de Josef Kohlbacher neste volume enfatiza a importância do *timing*.<sup>2</sup> A coleção de dados por si própria buscou produzir informações pontuais [em termos temporais] sobre um dos temas mais controversos de nosso tempo, especialmente na Europa. No entanto, Kohlbacher também traz à luz uma necessidade menos evidente, a de se capturar as primeiras impressões dos sujeitos deslocados sobre seus trânsitos e sobre seu contato com a Áustria, com austríacos e com aqueles envolvidos no processo do trânsito de assentamento em um país estrangeiro, sejam oficiais de polícia, representantes de ONGs, voluntários, professores de idioma, entre

---

<sup>2</sup> Nota do tradutor: A expressão *timing* foi mantida em inglês, como na versão original deste trabalho. A escolha pela manutenção do termo se deu pelo uso que a palavra tem tido na língua portuguesa. Assim, uma das interpretações possíveis diz respeito ao momento temporal "exato" (pontual ou mais amplo) para determinada ação ou que envolva algum evento. Assim, um *timing* ideal pode ser relacionado com o aproveitamento (intencional ou não) ideal do tempo.

outros. Lançar olhares sobre esta primeira fase do deslocamento é tão importante quanto observar situações mais prolongadas e comparar ambas pode evidenciar o desenvolvimento diacrônico do processo de deslocamento.

“Integração”, “contato cultural” e “contato interétnico” são pontos teórico-metodológicos privilegiados para estudos deste tipo. Para Kohlbacher, a “integração” é um processo multidimensional, no qual atores sociais – refugiados e outros – têm papéis flexíveis. Além do mais, “integração” operaria em dois domínios diferentes. O primeiro, a “integração estrutural”, é caracterizado por relações entre refugiados e o aparato administrativo nacional do Estado acolhedor. O segundo, “a integração social”, é caracterizado por laços informais entre os refugiados e a sociedade acolhedora. A integração estrutural afeta o acesso ao mercado de trabalho, à moradia, ao bem-estar social e regula o status formal dos refugiados em um dado país. A integração social – também frequentemente chamada de “aculturação” –, por sua vez, é o processo por meio do qual refugiados ou migrantes desenvolvem identidades e práticas relativas ao seu novo contexto.

Kohlbacher acertadamente evita os muitos atalhos conhecidos da linguagem da “aculturação” e, em vez disto, foca no mais dinâmico e menos normativo conceito de “integração social”. A integração social é, assim, de acordo com o autor, o processo de inclusão de migrantes (forçados ou não) no sistema de relações e status da sociedade que os recebe, o que implica o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e identificação. Ao longo de seu capítulo, o autor também reconhece que a “integração” não deve ser confundida com “assimilação”, e que a “integração” não requer o apagamento de práticas

e crenças sociais, culturais, religiosas ou étnicas, como frequentemente implicado pela linguagem da “assimilação” e “aculturação”. Ainda que seja possível ter combinações de níveis mais altos ou baixos de integração estrutural e social, a dimensão social é essencial para uma integração bem-sucedida.

Por fim, Kohlbacher está, também, a par de que a própria noção de integração carrega consigo, com frequência, as mesmas pressuposições que aquelas de “aculturação” e “assimilação”, já que podem ser compreendidas enquanto imposições aos migrantes, em oposição a um indicador de bem-estar da relação entre migrantes e a sociedade acolhedora. Em contrapartida, sua definição menos normativa e mais dinâmica – que ele apresenta de forma crítica através de uma análise qualitativa, da teoria de redes e do conceito de “capital social”, de Bourdieu – permanece sendo uma ferramenta útil tanto para acadêmicos quanto para política pública para a compreensão dos processos nos quais há que se lidar com o deslocamento e com a relocação, além dos efeitos psicossociais destes pontos. Kohlbacher foca sua contribuição na análise de modos de interação social dos refugiados na Áustria e na estrutura destas relações, além de desenvolver um conceito sobre o funcionamento da integração. Entretanto, é também importante notar a polivocalidade associada com o conceito de integração, já que este tem sido usado por acadêmicos, agentes do Estado, organizações internacionais, mídia e outros, de forma radicalmente diferente. Uma estratégia metodológica de igual importância e complementar para antropólogos sociais deve ser a compreensão de como uma ou outra definição particular afeta a vida dos refugiados, antes de definir sua própria categoria sociológica. Tais

definições específicas podem ser, por exemplo, aquelas do Estado acolhedor que define políticas, a definição empregada pela ONU, ou aquelas relacionadas às expectativas dos próprios refugiados – todas elas com valor ideológico relativo.

Kohlbacher argumenta que a integração social é um processo de mudança, envolvendo tanto laços “fracos” como “fortes”, no amplo leque de atores sociais mencionados acima, e que o contato inicial é de suma importância em termos de “direcionamento das atitudes” tanto dos deslocados como dos acolhedores, através de interações institucionais e interpessoais. Esta perspectiva é apoiada por uma literatura sobre interação interpessoal e contato interétnico nas ciências sociais e humanidades (Goffman, 1963, 1967; Oliveira, 1964; Barth, 1969; Gadamer, 2004). “Laços fracos” refletem conexões débeis, ao passo que “laços fortes” são duráveis e de caráter profundo. Kohlbacher afirma que os dados analisados apontam para o fato de que laços fracos entre migrantes forçados e outros atores sociais na Áustria provaram exercer um papel considerável na criação de laços fortes, tendo assim um efeito positivo na integração de estrangeiros no país acolhedor. Contatos sociais informais entre os migrantes forçados e a comunidade estabelecida foram de vital importância neste processo e são particularmente relevantes para a integração dos refugiados, sendo que refletiram o estabelecimento de redes duradouras, a formação de atitude frente aos refugiados e, também, pelos refugiados frente à Áustria, além de outros processos de integração social e estrutural. Assim, Kohlbacher propõe usar o conceito de “ponte” juntamente com “laço” para entender como atores sociais situados superam diferenças e se movem em direção à integração. De forma correspondente, os

recursos que promovem a integração são de modo conveniente identificados como “capital de ponte”.

Como todos os outros capítulos desta coleção, a abordagem do autor não fecha os outros para a diversidade, mas é sensível às variadas experiências do contato, reveladas pelo estudo. As experiências do contato, do ponto de vista dos refugiados, dependem de classe, gênero, nível de educação, habilidades linguísticas, país de origem, etnicidade e outras variáveis. Em geral, de todo modo, apenas uma minoria de refugiados reportou experiências de rejeição. Kohlbacher está certo me sugerir que isto pode ser o resultado de um sentimento comparativamente negativo dos países de origem dos refugiados em contraste com a “Cultura das Boas-vindas”, ou seja, o sentimento empático geral na Áustria com relação à dificuldade e precariedade dos refugiados durante o chamado “Verão da Migração/Verão do Refúgio”, que dominou até o fim de 2015. Os leitores devem ter em mente que os contextos, em geral conflituosos, nos países de origem, não apagaram completamente as redes de solidariedade nestes lugares e que o sentimento positivo na Europa durou pouco. Esta observação reflete, assim, o momento da coleta de dados e o contexto europeu, contudo, se coloca como um importante lembrete de um momento distintivo na história contemporânea austríaca e global.<sup>3</sup> Ademais, sugiro que isso reflete o comprometimento dos refugiados com os pesquisadores, o que sempre implica se falar aquilo que os entrevistados julgam que os pesquisadores querem ouvir e, neste caso, em particular, possivelmente estratégias para se maximizar o capital social, como desenvolverei a seguir, nesta introdução. Ainda que alguns possam julgar isso enquanto

---

<sup>3</sup> Para mais, ler a postagem de Monika Mokre no blog da ROR-n (Mokre, 09/05/2016).

uma limitação desta pesquisa em particular, sustento que toda pesquisa social implica tal limitação estrutural e que a pesquisa que apresentamos aqui tratou este ponto em termos da posicionalidade de um certo ator, e buscou tratá-la como dado qualitativo para compreender a estrutura do próprio contato. Isto é, atores sociais e pesquisadores estão sempre posicionados, e a pesquisa social, em vez de tentar superar esta posicionalidade, precisa tratá-la como algo que produz conhecimento; conforme Hans-Georg Gadamer, como uma questão de “fusão de horizontes” que vai além da ingênua suposição da hermenêutica clássica de que a interpretação depende de o intérprete deslocar totalmente o seu conhecimento para o de interpretado ou para o neutro, supostamente ontológico, a-histórico, a-cultural, terrestre (Gadamer, 2004). De fato, Kohlbacher argumenta que o conhecimento produzido por este estudo contribui para o conhecimento em geral sobre processos de “integração”, exatamente porque o volume de pesquisas sobre o tema até agora na Europa focou na perspectiva dos acolhedores, ao passo que pouca atenção foi de fato dada aos migrantes e, ainda menos, aos refugiados.

### **ENCONTROS EN ROUTE**

Em *Estando en Route, em Trânsito ou Permanecendo*, Denise Tan foca sua análise em um tópico relativamente negligenciado nos estudos sobre refugiados. Trazendo o conceito de “migração transitória” (Dovell et al., 2014), proveniente dos estudos de migração e usando-o nos estudos sobre refugiados, ela enfatiza a importância de se compreender a fuga [de seus locais de origem] não como um processo linear, mas observando, em vez disso, como rotas [routes] e planos – eu adicionaria,

ainda, perspectivas – são concebidas durante a rota (Wissink et al., 2013). Para alcançar este objetivo, Tan combina uma análise do plano piloto de pesquisa da ROR-n com seu material de primeira mão sobre a situação de refugiados sírios, afegãos e iraquianos em Izmir, na Turquia.

Já nos anos 1990, pesquisadores interessados em migração baseada em redes desafiaram a suposição do enviar-receber ao destacarem a existência de múltiplos destinos (Brettell and Hollifield, 2015:159). No entanto, a abordagem baseada nas redes não representa todas as experiências de migração (forçada), e nos casos em que as redes são vitais, ainda não representa o processo como um todo. Por exemplo, de acordo com Tan (e como visto em Mokre), muitas das entrevistas analisadas descrevem refugiados chegando na Áustria sem nem mesmo saber qual era o país em que estavam. Além disso, o que dizer dos refugiados que ainda não têm redes estabelecidas? Como estas redes se estabelecem em primeiro lugar? O que pensar sobre aqueles que carecem de recursos para acessar tais redes? Ainda, ao focar apenas no movimento, apaga-se aquilo que não se move (ou, pelo menos, não se move até o fim). Também, o que falar daqueles que não conseguem se mover, a exemplo das pessoas internamente deslocadas (IDP – *Internally Displaced Persons*), ou daqueles que planejam chegar em um destino mas terminam em outro? Afinal de contas, apesar da comoção, refugiados sírios, iraquianos e afegãos na Europa são apenas uma fração do número total de refugiados destes países, já que a absoluta maioria permanece no Oriente Médio (Schicocchet, 2016, 2017a). Ao lado disso, de acordo com Tan, amplas comparações e considerações etnográficas de primeira mão sobre as pessoas *en route* são ainda raras. Ela aborda estas questões ao trabalhar com refugiados na Turquia, em comparação com aqueles na

Áustria, já que a Europa era o objetivo de destino final para, pelo menos, 35% destes.

Talvez o primeiro desafio na operacionalização do termo “migração transitória” seja definir quem está em trânsito. Existe uma linha tênue que separa migrantes em trânsito, migrantes trabalhadores, requerentes de asilo e migrantes forçados, já que fluxos de migrantes em geral são frequentemente complexos e heterogêneos e mais de um rótulo pode ser aplicado ao mesmo sujeito. O refúgio prolongado é o símbolo desta complexidade e liminaridade (Chatty, 2010). Por exemplo, deveriam os refugiados palestinos no Líbano, alguns dos quais ali vivendo por mais de 60 anos sem cidadania e direitos humanos em geral, desejando mas sendo proibidos de voltar para suas vilas de origem no que hoje é Israel (Schiocchet, 2014), serem considerados migrantes em trânsito? Mesmo rotular um tipo específico de migração ou de migrantes como em trânsito, ou *en route*, implica a existência de um outro tipo que, por definição, não está em trânsito. O conceito pode também enfatizar mobilidade ou imobilidade, ao passo que rotas, em vez de serem experiências de sujeitos, são o principal objeto do conceito. Outra possibilidade seria considerar toda migração como estando *en route*, onde rotas são topologias simbólicas dos migrantes, ao expressarem amplas visões de mundo e motivações. Todavia, este não é o caminho explorado por Tan neste volume.

De acordo com sua perspectiva, definições que focam nas intenções tornam obscuras as dinâmicas do processo, já que tanto fatores estruturais quanto individuais informam as rotas da migração. Reconhecendo a importância da distinção entre diferentes fenômenos sociais empíricos, Tan prossegue, cuidadosamente, mas de forma vaga,

definindo a migração em trânsito, como é comum na literatura (Dovell et al., 2014). Na União Europeia, o conceito tem sido usado no contexto dos cruzamentos ilegais das fronteiras. Os migrantes forçados entrevistados para o estudo piloto vêm de áreas de guerra da Síria, Afeganistão e Iraque, chegando na Áustria em 2013, 2014 ou 2015. A Turquia exerceu um papel-chave para uma grande maioria destes, durante a fuga para a Europa. Além do mais, muitos iraquianos e sírios se mudaram para o Líbano ou para o Golfo Pérsico antes de chegar à Turquia ou diretamente à Áustria e, também, muitos afegãos viveram no Paquistão ou no Irã antes de irem para a Turquia ou Áustria. Não é preciso definir um período de trânsito em oposição ao de permanência para definir diferentes fases de trânsito dentro de uma dada trajetória, especialmente se estas fases partem da própria perspectiva dos migrantes. Neste sentido, Tan heurísticamente divide a fuga em três fases, de acordo com as experiências dos próprios refugiados. A primeira é o “deixar o lar”, a segunda é a “chegada e permanência na Turquia” e, a terceira, é a viagem para um terceiro destino. A autora aponta que, entre as entrevistas que analisou e a partir de seus entrevistados na Turquia, o período de trânsito dos países de origem dos refugiados até a Turquia ou Áustria variou de alguns dias até nove meses.

Tanto a perspectiva de Tan quando a alternativa que sugeri têm suas vantagens e limitações e ambas relativizam a utilidade do conceito de “integração”, uma vez que os Estados acolhedores e seus cidadãos não são necessariamente entidades perenes nem do ponto de vista dos refugiados, nem de um lugar externo que observa tanto os refugiados como os Estados acolhedores. O conceito de “encontro”, por sua vez, é

flexível o bastante para responder pela multiplicidade de rotas, planos e motivações e pelo caráter frequentemente transitório da migração, de forma especial dentro da União Europeia. Além disso, pode ser mobilizado junto com integração sempre que a integração for usada não para responder pelo diagnóstico mais amplo de uma dada situação, mas para limitadamente expressar, por exemplo, esforços políticos dos Estados-nação acolhedores e como refugiados e cidadãos se relacionam com estes.

### **DESLOCAMENTO E VIOLÊNCIA: DO CONTEXTO POLÍTICO AO COTIDIANO**

Pessoas não fogem de países apenas para salvar suas próprias vidas. Na medida em que esta afirmação parece trivial, os estudos sobre a migração forçada têm fortemente focado na perseguição política e nas ameaças à vida pessoal como razões para a fuga. Este é o principal argumento de Gabriele Rasuly-Paleczek neste volume, no seu capítulo chamado *Muitas Razões para Deixar o Afeganistão: Obrigações Sociais em Tempos de Violência Prolongada*. De acordo com ela, as razões para a fuga são frequentemente complexas e não residem em um fator único. Como o estudo piloto da ROR-n demonstrou, este é o caso, pelo menos, entre os afegãos que recentemente fugiram para a Áustria por motivos pessoais, como escapar de casamentos forçados e de vendetas familiares, ou para honrar obrigações sociais como dar a seus filhos uma vida melhor. Sugiro que os estudos sobre a migração forçada são intrinsecamente atados a definições jurídicas de categorias como “refugiado” e “requerente de asilo”, desenvolvidas para orientar políticas, isto figurando entre as principais razões para o foco dos pesquisadores na perseguição [que estas pessoas podem sofrer].

Conjunturas à parte, o ponto de Rasuly-Paleczek é bem apoiado pelos dados empíricos do estudo piloto e, como sugere a autora, é imperativo repensar a maneira como acadêmicos abordam o tema. Contudo, isto não deve ser visto como um enfraquecimento da política de refúgio, uma vez que seu capítulo também demonstra como as razões pessoais e obrigações sociais cruzam vulnerabilidades estruturais com, no caso dos afegãos (assim como para os palestinos, iraquianos e sírios), a violência generalizada prolongada. Deixando expectativas humanitárias de lado, isto é equivalente a dizer que, pelo menos do ponto de vista dos afegãos vulneráveis, razões pessoais e obrigações sociais frequentemente motivam a fuga, pelo menos tanto quanto o medo da perseguição. Ou, seguindo a linha de meu argumento sobre a razão humanitária, enquanto os valores do humanitarismo são construídos baseados nos valores últimos da vida humana, requerentes de asilo nem sempre colocam suas próprias vidas acima das vidas de outros, acima de normais sociais e acima de motivações pessoais, o que, por sua vez, não deveria ser um argumento para a recusa do asilo, mas sim apenas para se compreender a fuga com maior profundidade.

Seguindo Larry Goodson (2001), Rasuly-Palaczek caracteriza o Afeganistão definindo-o por uma “cultura Kalashnikov”, na qual muitas décadas de deslocamento prolongado e despossessão, aliadas à dissolução de formas tradicionais de subsistência, corroeram o tecido social e sobrecarregaram as estratégias de sobrevivência das redes sociais, normalizando a violência. Consequentemente, de acordo com Rasulyy-Paleczek, as razões para as fugas são relacionadas à insegurança generalizada e à falta de meios para o sustento econômico. No entanto, o ponto crucial [para a fuga] é, com frequência, uma razão

peçoal, como um conflito com a sogra ou a busca por evitar um casamento forçado. No entanto, é importante notar que trazer à luz a importância das normas sociais não é o mesmo que dizer que os sujeitos estão completamente determinados pelas normas, mas apenas que estas normas são pervasivas e moldam o comprometimento das pessoas com o mundo e com suas formas de expressão. Ou seja, para citar a psicanálise lacaniana (Lacan, 1949), enquanto se pode expressar que a razão última da fuga foi escapar de um casamento forçado, isto deve ser tomado como uma moeda de troca do domínio imaginário do sujeito – o mundo subjetivo ou mítico criado pela psique do sujeito, ou o pano de fundo histórico no qual o domínio do simbólico desdobra-se com a realidade – em vez de necessariamente como um valor nominal. Fugir de um casamento forçado, por exemplo, é de fato fugir de uma norma social, em vez de simplesmente acatá-la. A questão é que as pessoas se sentem ligadas a estas normas sociais e têm de lidar com elas, de uma forma ou de outra, como prática ou discurso.

Assim, uma forma especialmente útil de se tomar as implicações bem desenvolvidas por Rasuly-Paleczek sobre a necessidade de se reconsiderar as razões para as fugas é contemplar todos os tipos de motivações inseridas no idioma das normas sociais e não como motivações de tipos concorrentes (ou seja, motivações pessoais *versus* normas sociais *versus* medo de perseguição). Em contrapartida, as próprias normas sociais são também moldadas e influenciadas por violência estrutural. Então, enquanto a perseguição no contexto de uma cultura Kalashnikov está influenciando estruturalmente as motivações das pessoas para a fuga, estas motivações são repetidas vezes expressas de forma a se relacionar diretamente com o contexto de vida particular,

em vez de se expressar somente, ou, sobretudo, no idioma da violência coletiva, o que, por sua vez, corresponde a expectativas humanitárias.

Além do mais, ao passo que é geralmente aceito que conflitos violentos no Sul global permanecem sendo a principal força motriz por trás do deslocamento forçado, é menos reconhecido que seus impactos, especialmente quando relacionados ao refúgio prolongado, são perversamente sentidos para além da duração de tais conflitos no mundo inteiro. O capítulo de Andreas Hackl, *As Muitas Faces do Deslocamento: Violência Penetrante e a Dissolução de uma vida Habitável no Iraque, Síria e Afeganistão*, parte desta perspectiva, familiar aos estudos pós-coloniais (Said, 1985; Fanon, 1965, 1986; Mbembe, 2001; Mamdani, 1996; Wallerstein, 2004), subalternos (Guha, 1997; Chakrabarty, 2000; Spivak, 1999) e decoloniais (Mignolo, 2000; Quijano, 2007), para analisar os “cruzamentos de fatores impulsores” que provocam a fuga e o conseqüente deslocamento. O autor foca no Iraque, ocasionalmente oferecendo percepções sobre os casos da Síria e Afeganistão.

Para Hackl, assim como para Rasuly-Paleczek, as motivações para fugas não podem ser simplificadas e isoladas, assim como a violência – e conseqüentemente o deslocamento – não pode ser desconectada da pobreza e de desenvolvimentos institucionais precários. Como apresentei em outro trabalho, *vis-à-vis* os casos palestino e libanês, poucos anos de guerra são já suficientes para desfazer décadas ou mesmo séculos de comportamento social e desenvolvimento institucional. A guerra consome o próprio tecido das relações sociais ao perversamente instigar a suspeita e corroer a confiança, dentro e fora de uma dada sociedade. A confiança, por sua vez, se torna um bem raro,

sujeitos tentem a voltar-se para si mesmos cada vez mais, polarizando grupos uns contra os outros e contra o contexto externo (Schiocchet, 2014a). Sobre este pano de fundo, Hackl conclui que a violência e a perseguição são apenas parte do que leva as pessoas ao exílio, pois provocam a falha do Estado e geram desafios socioeconômicos que também funcionam como fatores impulsores. Isto não é o mesmo que dizer que a falha institucional é a causa de todos os problemas em um dado país, como alguns dos exemplos mais radicais sobre a perspectiva da falha/fraqueza do Estado sugeririam (Call, 2008; Nay, 2013); primeiro porque a intervenção militar internacional, a guerra e o contexto pós-colonial no mundo todo são mais do que um problema apenas institucional e, segundo, porque, amiúde, nenhum fator em potencial isolado é a origem da violência. Contudo, a falha institucional e as muitas outras consequências da intervenção militar internacional, da guerra e dos contextos pós-coloniais tentem a aumentar significativamente a violência. O capítulo de Hackl ilustra que a decisão de fugir tem motivações múltiplas, inter-relacionadas, frequentemente com consequências para grandes unidades familiares, ao contrário do caso das fugas individuais. Ao fazê-lo, argumenta que o processo de deslocamento é multifacetado e complexo, enfatizando que muito da chamada “crise de refugiados” não acontece na Europa, mas no Oriente Médio. Entretanto, é importante notar, como coloco em outros trabalhos, que, enquanto a maior parte da crise de refugiados é, de fato, sentida no Sul global e no Oriente Médio em particular, esta existe na Europa principalmente como uma crise identitária, de representação e política, que não foi trazida pelos refugiados, mas se tornou bastante mais visível em função de sua presença (Schiocchet, 2016).

Hackl nos lembra que o caso do Iraque é um caso icônico do cenário que descreve. A violência no país é condizente com a estatística que aponta que 90% das guerras civis se iniciam em países que tiveram alguma guerra nos últimos 30 anos. Já que o Estado se torna frágil, acaba por perder a autonomia territorial e o apoio popular. Como resultado, o Iraque é o Estado com mais pessoas internamente deslocadas (IDPs – *Internally Displaced Persons*) no mundo, concorrendo até mesmo com a Síria. Despossados e forçados a se juntar às milícias locais, muitos são levados a deixar seus lares e, ultimamente, seus países. Em meio à abundância de milícias e grupos paramilitares, refugiados são conduzidos por forças que frequentemente emanam de sua própria nação, religião e grupo étnico, o que deve levar *experts* a pensarem na migração forçada para além da simples perseguição étnica, nacional ou religiosa. Como Ussama Makdisi (2000) brilhantemente ilustra, mesmo o sectarismo é com frequência uma consequência da violência, em vez de ser sua causa. Como o caso do Oriente Médio claramente prova, a violência e o sectarismo têm frequentemente reforçado um ao outro (Makdisi, 2000; Jabbar and Dawod, 2004). Em tal contexto sombrio e como Hackl explica, mesmo na falta de uma ameaça diretamente apontada, o medo crônico leva à suspeita generalizada, que passa a ser uma das principais causas de fugas. E a decisão dos refugiados em deixar seus lares já é representativa tanto das escolhas que têm quanto das que tomam. Entretanto, os Estados-nação e muitos de seus cidadãos cada vez mais têm se envolvido com refugiados através uma perspectiva da segurança (segurança do Estado), pressionando para que o status legal de refugiado seja dado para um número cada vez menor de solicitantes de asilo.

Além do mais, Hackl demonstra como a violência política e a violência doméstica estão conectadas uma à outra. O conflito violento também desafia os padrões coletivos moral e ideológico, fazendo com que a violência originada no domínio público passe para o domínio privado, rompendo laços familiares no processo. Os exemplos que o autor analisou sublinham a “vulnerabilidade articular” das mulheres em face à violência política e o deslocamento. Da mesma forma, em *Jornada à Europa: Memória e o Caminho para o Amanhã*, Noura Kamal enfatiza a conveniência de uma perspectiva de gênero sobre refugiados. Ela analisou uma pequena amostra de entrevistas sírias do estudo da ROR-n aqui apresentado, metade delas com homens e a outra metade com mulheres. Ela encontrou diferenças significantes na forma como homens e mulheres relembram e representam o conflito e a fuga, além de diferentes disposições de gênero com relação à vida no exílio. Ao passo que uma perspectiva de gênero nos processos de refúgio é algo crítico, trabalhar em pequenas amostras sempre envolve o risco de se transformar a crítica em estereótipo. Ciente deste perigo, Kamal é reticente ao atribuir diferentes comportamentos a homens e mulheres, mas ainda valoriza a importância em se expor as visíveis diferenças que encontrou, sem atribuir demasiada normatividade à sua análise. Sobretudo, a autora reconhece que a variação individual pode explicar apenas parcialmente algumas das diferenças que ela encontrou, mas gênero parece ser, de fato, uma variável imperativa.

De acordo com Kamal (em Kohlbacher and Schiocchet, 2017), apenas mencionar e descrever como refugiados conseguiram cruzar as fronteiras para chegar à Áustria, ou a qualquer outro destino, não é suficiente para explicar a profundidade das experiências dos

refugiados. Em vez disso, lançar luz sobre a memória através de narrativas pode iluminar aspectos críticos ocultos de suas vidas, inclusive sobre como diferentes sujeitos confrontam os desafios que encontram. Contudo, alinhada com Kleinman and Kleinman, ela entende que, nas mãos da mídia e dos aparatos humanitários, “histórias de trauma” podem se tornar capital simbólico, ou “moeda de troca” para “recursos materiais” e para se “alcançar o status de refugiados” (Kleinman and Kleinman, 1997:10). Isto causa um sofrimento duplo: primeiro quando refugiados experienciam os eventos que levam ao trauma e, segundo, quando seu trauma é transformado em uma vitimização narrativa que apaga sua própria subjetividade e descontextualiza seu sofrimento. Consistente com o argumento de Kamal, pode ser argumentado que as mulheres sofrem três vezes, sendo a terceira relacionada ao “fardo que carregam em seus ombros apenas por serem mulheres”. Assim, acadêmicos que trabalham com traumas devem ser cautelosos ao reapropriarem as narrativas dos refugiados – em particular, das mulheres. Buscando evitar este perigo, o capítulo de Kamal se encaixa bem na tradição da “etnografia narrativa”, defendida por Lila Abu-Lughod e criada como uma reação ao que esta autora viu ser uma “tipificação etnográfica” excessiva. Esta tradição etnográfica prescrevia relatos específicos ricamente detalhados, evitando comparações (Lindholm, 1995), o que “desafia a capacidade das generalizações antropológicas para apresentar as vidas, deles ou de outros, adequadamente” (Abu-Lughod, 2008).

A diferença de gênero mais marcante que Kamal encontrou nas suas entrevistas foi o fato de que as narrativas dos homens sobre a guerra e o exílio tendem a retratar a si mesmos como atores sociais

comprometidos, em oposição às mulheres, enquanto as narrativas das mulheres tendem a retratar os homens, mulheres e, frequentemente, até mesmo crianças como atores sociais ativos. No entanto, as narrativas tanto dos homens quanto das mulheres demonstram que as mulheres ocupavam papéis ativos e participavam nas tomadas de decisão antes e durante a guerra na Síria, assim como durante sua fuga e exílio. A autora cuidadosamente atribui estas diferentes narrativas a relações de poder assumidas em papéis de gênero no Oriente Médio árabe, já que é esperado que homens sejam provedores das famílias e atuem como líderes familiares, mesmo que as decisões domésticas envolvam as colocações das mulheres. As ricas descrições que Kamal apresenta parecem indicar que, apesar de homens e mulheres serem sujeitos políticos, a própria política é definida como um domínio masculino, marginalizando o papel da agência das mulheres na esfera pública. Na prática, isto apareceu mais nas entrevistas de homens aparentemente mais preocupados em agradar os representantes do Estado acolhedor e aos entrevistadores do que as mulheres que, de acordo com Kamal, pareciam estar menos comprometidas em tentar maximizar seus ganhos. Todos estes elementos que constituem o conjunto de papéis de gênero em jogo neste contexto apontam para uma gramática de gênero, de acordo com a qual os homens tendem a narrar na primeira pessoa do singular, enquanto as mulheres tendem a narrar na primeira pessoa do plural. Esta gramática pode ser uma ferramenta poderosa através da qual acadêmicos, políticos e voluntários podem analisar os discursos dos refugiados sírios.

Tomadas em conjunto, as contribuições de Hackl e Kamal reforçam que, ao tentar definir o refúgio como um objeto de estudo, acadêmicos

têm simplificado a experiência do deslocamento, criando, desta forma, o que Lisa Malkki chama de “refugiado genérico” (Malkki, 1992:33. 1996:389), uma categoria removida da realidade empírica que serve a objetivos políticos que, em vez de unicamente explicarem o fenômeno que a categoria tenta inscrever, se transformam em uma “tecnologia de poder”, governando as vidas dos refugiados (Malkki, 1985:51; 1995). Além do mais, Hackl coloca que os fomentos para a pesquisa em migração e refugiados usualmente vêem migrantes enquanto representantes de mobilidade e refugiados de imobilidade. As entrevistas que o autor analisou mostram que estes dois elementos se cruzam e, como uma armadilha, levam à “mobilidade forçada”. Enquanto sou reticente em concordar que os refugiados são geralmente percebidos através da imobilidade, uma vez que o foco contemporâneo está nos refugiados na Europa e em como restringir sua suposta hipermobilidade, um futuro desenvolvimento do conceito de “mobilidade forçada” é algo promissor. Tal desenvolvimento levaria a “mobilidade forçada” para longe de ser simplesmente um rótulo ampliado para diferentes tipos legais e heurísticos de migração forçada e aplicaria, em vez disso, o conceito à experiência de imobilidade dos refugiados, independentemente da real mobilidade física. Isto se dá porque a experiência de fuga dos refugiados e o próprio refúgio – mais do que sua verdadeira mobilidade física – moldam suas atitudes em relação ao mundo em geral, aos países de origem, ao pertencimento social, aos Estados acolhedores e, em particular, às políticas de integração. Embora as dimensões empíricas e simbólicas da violência e do deslocamento estejam inerentemente entrelaçadas, o domínio dos estudos de mobilidade tem muitas vezes sobreposto a primeira sobre o segundo.

Como sugere Hackl, é necessária uma pesquisa de mais longa duração para melhor compreender a relação entre as experiências do deslocamento e representações legais e políticas do deslocamento nos regimes internacionais e políticas dos Estados-nação. Da mesma forma, é preciso “trazer os estudos sobre refugiados para casa, para o contexto no qual o deslocamento emerge”. Entretanto, eu acrescentaria, o desafio à frente evoca não apenas mais pesquisa ou pesquisas em outros lugares, mas uma completa mudança qualitativa de perspectiva, visando incluir as vozes dos refugiados, plurais como são, dentro dos domínios da política e, da mesma forma, da pesquisa. De fato, de acordo com Fiddian-Qasmiyeh et al. (2014:16-17), esta é certamente uma das mais importantes tendências que levam a pesquisas pioneiras sobre refugiados. Juntamente com esta mudança de perspectiva, ao passo que países do Norte Global se recusam, cada vez mais, a receber refugiados, se torna evidente que soluções duráveis para crises de refugiados são inerentemente políticas, em vez de “apenas” humanitárias. São, antes de mais nada, o conflito e a violência que precisam ser resolvidos. A experiência prolongada do refúgio, tal qual a experienciada por iraquianos e, também, por palestinos, sírios e muitos outros, é a demonstração mais dramática deste argumento. Neste sentido, uma vez que o conceito de “integração” circunscreve soluções a crises de refúgio no domínio das políticas dos Estados-nação, o “encontro” termina por observar uma paisagem mais ampla, buscando respostas e conexões mais profundas.

Sobretudo, um contexto fortemente afetado pela guerra e pela violência provoca traumas e refugiados, vindos destes locais, precisam de cuidado não apenas psicológico, mas também de tempo para se adaptar a um novo meio que demanda diferentes valores, comportamentos,

normais sociais e mesmo etiquetas. Neste sentido, não se pode esperar que os refugiados prontamente se “integrem”. Alguns se integram bem, apesar das dificuldades encontradas, mas isto não pode ser exigido ou esperado de todos os refugiados. Por esta razão, ao passo que Hack, assim como Tan, está certo na diferenciação entre migração e migração forçada como em muitos casos arbitrários, é importante notar que é a categoria da migração forçada que engloba a outra, e não o contrário. Em outras palavras, a manutenção de categorias como “migração forçada” e “refugio”, abrangendo uma compreensão do trauma e da precariedade, além dos procedimentos que requerem, é primordial. O que corre o risco de perder um tanto de sua significância, em vez disso, é a categoria “migrante”, já que conota apenas mobilidade, e não deslocamento. Ter consciência deste fato não é algo óbvio, uma vez que esta assimilação não segue os mesmos padrões daqueles incorporados ao campo de estudos sobre refúgio e migração, dado que conhecimentos de ambos os campos têm sido igualmente importantes um para o outro. Esta realidade, no entanto, tem consequências para a compreensão não apenas da integração, mas também para a compreensão da tutela. Embora dar-se conta de que a categoria legal de “refugiado” justifica algum nível de tutela por parte dos Estados acolhedores, também descarta a integração como uma pré-condição para a permanência do refugiado ou asilado no Estado. Do contrário, se a natureza do refúgio (e não simplesmente da migração ou mobilidade) é o que tem colocado em movimento um regime tutelar, países acolhedores devem estar preparados para oferecer ferramentas sociais adequadas, visando dar poder aos refugiados para que possam lidar com seus traumas e para que possam integrar-se em seu novo contexto social. Do mesmo modo, se a integração é o resultado

desejado das políticas de refugiados, então as políticas participativas de refugiados não devem ser apenas um objetivo, mas sim, um meio para atingir este fim.

### **SOBRE HUMANIDADE E AGÊNCIA**

Em seu capítulo deste volume, Sabine Bauer-Amin nota que a agência é amplamente entendida como uma escolha e que a privação da escolha é aquilo que tem amiúde caracterizado a migração forçada, em oposição a outras formas de migração. Portanto, como coloca a autora, pesquisas sobre este tópico têm ignorado tomadas de decisão individuais, enquanto instituições de auxílio a refugiados e voluntários têm, também frequentemente, ignorado a diversidade em geral. Mas os refugiados perdem, de fato, sua agência? Se não, como reclamam a agência que tem sido negada a eles? Como expressam suas vozes, histórias, medos e sonhos? O capítulo de Sabine Bauer-Amin questiona se todos os refugiados competem com o imaginário estereotipado propagado pela mídia, tratando-os como completamente desprovidos de ajuda e sendo miseráveis. Ela avalia que, mesmo que milhões de refugiados estejam de fato em tal situação, estes nem sempre competem com este estereótipo e, entre eles, estão muitos refugiados que chegaram na Áustria no verão de 2015.

De acordo com Bauer-Amin, o aparato humanitário constrói estas representações como “mecanismos de vitimização”, privando refugiados de agência ao criar “objetos sofrendores” completamente dependentes em suas ações. No entanto, apesar de sua situação, muitos refugiados resistem a este estereótipo e, mesmo que sejam vítimas de perseguição, violência e outros, preferem ser reconhecidos como

agentes ativos de suas próprias vidas. Isto não significa que eles não precisem de ajuda, mas que visam ser tratados como sujeitos em vez de meramente como objetos passivos. Refugiados querem comunicar sua situação, serem ouvidos e serem parte da solução, em vez de simplesmente aceitarem o que é decidido sobre/por eles. Como Bauer-Amin coloca, uma parte vital desta solução é reclamar sua própria agência e noção de pessoa (*personhood*) no lugar de serem tratados como refugiados genéricos. Focando em suas entrevistas advindas da pesquisa – com entrevistados sírios –, a autora busca apresentar como eles lidam com tais narrativas de vitimização e reclamam sua agência. Seu argumento se desenvolve bem através da discussão sobre tutela que eu tenho apresentado, já que a tutela, tanto pela ação internacional para com refugiados quanto pelos Estados-nação acolhedores, tem frequentemente dificultado a agência dos refugiados e, por fim, também a integração, como apresentarei a seguir.

Bauer-Amin argumenta que, ao escrever as diferenças de classe, aqueles que inscrevem os sujeitos na narrativa do “refúgio desnudado” buscam mobilizar apoio público. Desenvolvendo o pensamento de Bauer-Amin, temos de acrescentar à classificação, aqui, todos os outros tipos de segmentações, sejam elas étnicas, religiosas, nacionais etc. Apesar de ocasionais boas intensões, os próprios refugiados amiúde não são ouvidos. Outros autores neste volume apontam para este mesmo problema, que havia já sido notado por outros antropólogos que trabalharam com refugiados ou humanitarismo, como desenvolverei adiante nesta introdução. Para permanecer no tópico, o que precisa ser entendido é que, apesar das boas intensões, a assimetria entre os refugiados e seus acolhedores e responsáveis é ainda inserida em relações

de poder que nem sempre são totalmente reconhecidas, como Michel Foucault (1980), Talal Asad (1993) e Edward Said (1985) apontaram magistralmente, em um nível mais abstrato. Segundo Bauer-Amin, o que a imagem estereotipada dos refugiados sublinha, sobretudo, é um “enorme desespero e pobreza”, o que é transmitido especialmente através da imagem de mulheres, crianças e idosos como desprovidos de agência. Portanto, esta representação age como um mecanismo de “gerontrificação” (referente a envelhecimento), “generização” (referente a gênero) e, mais recentemente, também de “racialização” dos refugiados. Bauer-Amin não afirma isto diretamente, mas se pode pensar que, na imaginação humanitária, homens não são frequentemente adaptáveis a este propósito porque o senso comum os associa com a agência que leva à precária situação dos outros. Ou, nas palavras de Mayanthi Fernando (2014), este imaginário, para dar certo, depende do princípio de “homens brancos salvando mulheres negras”. O ponto aqui é que, como Foucault, Said e, especialmente, Asad argumentaria, este imaginário abrange, de igual modo, por exemplo, os negros norte-americanos, mas pertence a uma “tradição” europeia de pensamento (Asad, 1986), apresentada como universal (Fernando, 2014). Como sugere Bauer-Amin, de acordo com este esquema, a agência e, conseqüentemente, o poder, são atribuídos ao lado dos “salvadores”, nunca dos “salvados”. Da mesma maneira, o “problema dos refugiados” é sempre percebido como emanado do sul global e nunca contextualizado dentro da situação pós-colonial do mundo contemporâneo, o das geopolíticas internacionais e, especialmente, da intervenção ocidental.

De acordo com Bauer-Amin, este imaginário do “refúgio desnudado” – bastante inspirado por Giorgio Agamben (1998, 2005) – desumaniza os

refugiados, transformando-os em “objetos sofredores”. No entanto, isto é também parte do mecanismo que gera a retórica do “refugiado genérico”, como discutido por Liisa Malkki (1992, 1995a, 1996). Assim, ofereço uma perspectiva alternativa: este mecanismo, acertadamente descrito por Bauer-Amin, cria uma humanidade genérica como objeto da intervenção humanitária, apagando, desta forma, o contexto (ou, como Bauer-Amin coloca, “temporalidade”, implicando tanto a história quanto a habilidade de se moldar o futuro) e a noção de pessoa e, assim, a política. Por conseguinte, é principalmente a despolitização (um mecanismo também reconhecido por Bauer-Amin) que leva ao apagamento da noção de pessoa e da agência dos refugiados. De forma irônica, ao repetidas vezes serem retratados como a causa do deslocamento, homens têm este status de refugiado e humano genéricos negado. Em vez disso, eles são constantemente tratados por uma superpolitização, enquanto agentes de uma política frequentemente em desacordo com suas próprias perspectivas e as agências são, por esta mesma via, também negadas. Ao mesmo tempo, todavia, Bauer-Amin está certa de que, ao acessar quem é refugiado ou não, e ao negar-lhes este status a alguns, baseando-se na premissa de que seus países são ou não “seguros”, a intervenção também “nacionaliza” os refugiados. Dessa forma, é mais precisamente a tensão entre a humanidade genérica e a nacionalidade que conduz à intervenção humanitária. Neste sentido, o conceito apresentado por Bauer-Amin de “objeto sofredor”, sublinhado acima, é bastante útil e, assim, apenas sugiro que é a despolitização, inerente à humanidade genérica, que leva os refugiados a se tornarem “objetos sofredores”. A desumanização, em vez disso, via nacionalização ou superpolitização, com frequência impede os sujeitos de serem considerados refugiados em primeiro lugar.

Temas como sentimentos, perdas e dores, tradicionalmente deixados de fora da antropologia antes dos anos 1970, têm se tornado um chão fértil na antropologia contemporânea e, particularmente, na antropologia do Oriente Médio e da Palestina. Neste sentido, em consonância com o trabalho de Trouillot (2003), intitulado *Anthropology and the Savage Slot: The Poetics and Politics of Otherness*, Joel Robbins (2013), em *Beyond the Suffering Subject: Toward an anthropology of the Good*, sugere uma mudança fundamental de uma “antropologia do selvagem” para uma do “sujeito sofredor”. Mais do que ter sido absorvida pelo tradicional campo da antropologia psicológica, toda uma nova área, que tem sido chamada de “antropologia do sofrimento” (ver Fassin, 2013, 2012; Robbins, 2013; Feldman & Ticktin, 2010; Das, 2007), está acomodando estes tópicos. A atual ênfase nas minorias políticas, religiosas, étnicas e de gênero reflete a expressão política unívoca da contestação cívica no mundo contemporâneo. Tanto Trouillot quando Robbins citam o pensamento humanitário e sua intervenção como uma das principais mudanças sociais recentes que afetam a antropologia, fazendo da “humanidade unida em sua compartilhada vulnerabilidade perante o sofrimento” seu principal foco de pesquisa (Robbins, 2013:450). Não surpreendente, o sujeito sofredor, para Robbins, é aquele que está “vivendo na dor, na pobreza ou sob condições de violência ou opressão” (2013:448). Deve-se reconhecer que enquanto a antropologia tem sido minuciosamente afetada pela ideia contemporânea de humanidade, também influenciou profundamente a própria ideia. No entanto, onde a intervenção humanitária a toma como valor factual, a antropologia contemporânea busca geralmente compreender esta humanidade genérica através de sua inerente diversidade e política contextual. O

inspirador capítulo de Bauer-Amin, como os outros desta coleção, serve como um exemplo de como este esforço pode ser frutífero, para além do domínio das pesquisas.

Como constatamos, a tensão entre, de um lado, ideais de humanidade, e de outro lado, a realidade dos grupos sociais (sejam étnicos, religiosos, nacionais ou de outro tipo) e noções de pessoa é constitutiva de discursos sobre refugiados. Além disso, como nos lembra Bauer-Amin, esta tensão é também constitutiva das experiências dos próprios refugiados. Os refugiados, assim, precisam navegar nesta contradição em sua vida cotidiana, incluindo quando se dirigem a voluntários, Estados acolhedores, jornalistas e pesquisadores. Isto pode levar ao que ela chama de “essencialismo estratégico”, quando refugiados aceitam o discurso geral sobre refúgio, apresentado aqui anteriormente, para expressar-se e reclamar agência para alcançar seus próprios objetivos que, de forma bastante frequente, incluem acesso a auxílios. Em outras palavras, eles frequentemente aceitam e expressam o desempoderamento como um meio de se alcançar o empoderamento. Como o termo “estratégia” evoca uma escolha consciente, eu sugiro desenvolver o excelente apontamento de Bauer-Amin ainda mais. Como quaisquer outros sujeitos, refugiados conduzem sua crise e suas vidas em geral através não apenas de escolhas conscientes, tomadas de decisão pragmáticas e razão prática. Como Bauer-Amin também nos lembra, a agência é bastante ligada à performance. A agência não como apenas uma consequência das escolhas conscientes dos sujeitos, mas também como consequência das disposições, afetos e sensibilidades dos sujeitos, tudo sendo enredado pelas ações de tais sujeitos. Portanto, sugiro que o termo “essencialismo contextual” pode refletir um entendimento mais

compreensivo daquilo que leva à motivação da agência dos refugiados, já que não evoca discernir a razão prática dos sentimentos, disposições e sensibilidades, emanando de contextos culturais, sócio-históricos e políticos.

Contudo, Bauer-Amin também apresenta o caso de um homem sírio, tanto refugiado quanto ativista, que se sentiu desempoderado na Áustria, e “pediu para não ser tratado como uma criança”. Indivíduos como ele são muito mais comuns do que o imaginário humanitário poderia supor, e casos como os dele expõem as falhas da imaginação humanitária. Reforçado por imagens genéricas dos refugiados, sem contexto, vontade ou agência, o imaginário sobre estes refugiados genéricos justifica uma política de tutela.

### **ORDEM HUMANITÁRIA-NACIONAL E TUTELA**

O presente volume oferece histórias íntimas sobre as conturbadas vidas de sírios, iraquianos e afegãos, tanto com relação aos violentos conflitos na região de onde advêm, como com relação ao exílio. O volume oferece também interpretações de conjuntos de entrevistas bastante profundas, que contribuem para muitos tópicos relacionados aos estudos de migração e migração forçada. Este exame qualitativo é mais bem compreendido em relação ao apoio da análise quantitativa que deu origem a esta pesquisa. Neste capítulo introdutório, tenho proposto o conceito de “encontro” enquanto um quadro acadêmico mais compreensivo para o entendimento do encontro entre os refugiados e a Áustria (e os austríacos), reservando o termo “integração” apenas para intervenções mais orientadas pela política pública. Por fim, tenho também sugerido que, tomadas juntas, as contribuições neste volume

apontam o tópico imperativo das dinâmicas entre encontro e tutela, que é essencial para desvelar as relações de poder que moldam a situação social analisada e as conseqüentes políticas de integração. Outro modelo promissor que acadêmicos têm recentemente mobilizado, que pode dar corpo às relações de poder envolvidas na intervenção humanitária, é o conceito de Marcel Mauss (1990) de “economia da dádiva”.

No entanto, ainda que excelente quando aplicado a uma variedade de situações sociais, este modelo tem algumas sérias limitações quando aplicado ao entendimento da intervenção humanitária sobre os refugiados. A economia da dádiva é caracterizada por três fases: dar, receber e retribuir. Em oposição à lógica capitalista, dar tem preferência em relação a receber e a acumulação é percebida como entesouramento, que leva a resultados sociais catastróficos. Uma vez que o ato de dar precisa ser recompensado [através do princípio da reciprocidade] como uma dádiva que seja tão valorosa quanto aquela recebida, durante o tempo existente entre o dar e o receber o status moral da pessoa que deu, assim, sua posição social, é elevado, gerador ou de aprofundamento das relações hierárquicas. Esta relação de poder não pode ser simplesmente evitada, uma vez que, assim como um presente de aniversário, a dádiva neste tipo de economia não pode ser recusada, pois isso significaria uma recusa da relação, expressada através da dádiva. Nesta economia, as mesmas dádivas circulam de tempos em tempos, pulando de indivíduo para indivíduo. Diz-se que cada uma destas dádivas tem um “espírito” (*hau*, em Kilivila). Quanto mais tempo uma dádiva fique em circulação, mais alto é o status que este espírito adquire. Assim, este tipo de “economia moral” pressupõe um circuito que conecta diferentes partes de uma sociedade (ou diferentes sociedades) através da reciprocidade. O

esquema como um todo pode acontecer apenas porque sujeitos alternam seus papéis neste sistema (Mauss, 1990).

Alguns aplicaram este conceito mais diretamente à intervenção humanitária (Hamid, 2012; Jolliffe, 2016) e alguns mais criticamente (Fassin, 2012), mas, em geral, sem qualificar relações de poder. Embora o poder não tenha sido o principal foco do famoso ensaio de Mauss, foi certamente considerado em seu modelo e a maioria dos pesquisadores que emergiram deste ensaio, de uma forma ou de outra, se interessaram por relações de poder (ver, por exemplo, Levi-Strauss, 1969; Dumont, 1980; Strathern, 1988; Lanna, 2007; e a revista *La Revue Du MAUSS*, que representa o *Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales*, ou Movimento Antiutilitário nas Ciências Sociais).

Mais importante, entendo a dádiva descrita por Mauss como sendo essencialmente diferente das relações estabelecidas através da intervenção humanitária, de modo particular porque a reciprocidade é severamente limitada ou alterada na intervenção humanitária (definida aqui como provida pela ONU, por ONGs internacionais, ou atores estatais – acolhedores e doadores). Primeiro, nos casos em que o receptor da dádiva retribui diretamente, a reciprocidade não é retribuída em espécie, dada a assimetria social entre as partes: ou seja, ao passo que refugiados podem, em casos raros mas significantes, tornarem-se doadores, o aparato humanitário não é o mesmo que o dos refugiados e não se espera que o auxílio aos refugiados seja retribuído em espécie. De fato, é a conhecida assimetria entre as partes que incita o aparato humanitário a “dar”, em primeiro lugar, sendo o bem-estar de refugiados, a princípio, aquele que traz a simetria (justiça social) ao sistema. Segundo, a reciprocidade é, em geral, pensada como

redirecionada para um terceiro sujeito, juntamente com a intervenção humanitária e com o refugiado que recebe o auxílio, seguindo a máxima “nós te ajudamos para que você possa ajudar a outros”. Em ambos os casos, como Barbara Harrell-Bond (1986, 2002, 2005) corretamente afirma, o sistema cria eternos doadores e eternos recebedores, em oposição ao estímulo à troca generalizada e a alternados papéis sociais, característicos do modelo econômico da dádiva. Em resumo, o princípio deste sistema se parece com o da caridade, ao passo que a caridade e a economia da dádiva estão longe de serem a mesma coisa. Como Fassin ricamente argumenta:

Não é a benevolência da parte da pessoa que concede auxílio, ou a intenção de seus atos de assistência que estão em questão, mas sim as próprias condições da relação social entre as duas partes, o que, independentemente da boa vontade dos agentes, faz da compaixão um sentimento moral sem reciprocidade possível. Pode-se, claro, apontar que a dádiva aparentemente desinteressada assume uma contra-dádiva na forma de uma obrigação, ligando o receptor ao benfeitor – por exemplo, a obrigação dos receptores em, por vezes, contar suas histórias, frequentemente para retificarem seus caminhos, e sempre para demonstrar sua gratidão. Mas é evidente que, nestas condições, a troca permanece profundamente desigual. E, para além disto, aqueles na ponta final da recepção da atenção humanitária sabem muito bem que deles é esperado que demonstrem a humildade dos devedores, em vez de expressarem demandas por direitos (Fassin, 2012:3, 4).

O que está em jogo aqui são tanto os princípios da intervenção humanitária como as relações de poder que elas presumem, o que entendemos como humano, humanidade e humanitário e como organizamos a sociedade em torno disto. Como argumentei ao longo deste capítulo, a relação entre os dois pontos pode ser, de fato, surpreendentemente contraditória. A tutela, em oposição à economia

da dádiva, desnuda relações de poder constitutivas desta situação social. A tutela é o que Malkki (1985:51, 1995) e Foucault (1980), se combinados, chamariam de tecnologia de biopoder, significando poder sobre a vida, através do qual o poder é exercido assimetricamente no sistema de forças em jogo. Regimes tutelares legitimam a dependência dos protetorados, das crianças, de grupos indígenas, de minorias nacionais, refugiados e outros sujeitos percebidos como não estando aptos a decidir por si mesmos. Ao negar agência, participação política plena e autonomia, a tutela objetifica<sup>4</sup> e despolitiza, de forma bastante similar à concepção de Agamben (1998, 2005) sobre o estado de exceção.

Como este volume demonstra, o humanitarismo tem sua própria política vernacular, que é mobilizada não apenas pela agência para refugiados da ONU, mas também por ONGs, Estados-nação, pela mídia e pelos próprios refugiados. Antropólogos que trabalham com refugiados ou humanitarismo, como Michel Agier (2008, 2012b), Ilana Feldman (2010) e Didier Fassin (2012), têm já apontado para a estrutura do discurso e do aparato humanitário. Os princípios e mecanismos do auxílio humanitário dependem sobretudo da aceitação da soberania do Estado-nação. Isto, por sua vez, significa que tratados internacionais e “leis” relacionadas ao refúgio, como as previstas na Convenção de Genebra e seus protocolos, dependem não apenas dos próprios acordos e interpretações de cada Estado, mas, também, na prática, estão contextualmente sujeitos às regras do Estado-nação. A decisão final é

---

<sup>4</sup> É preciso notar que os sujeitos são ocasionalmente apresentados pela intervenção humanitária tanto como vítimas quanto como agentes ativos, como defendem os Direitos Humanos e a reverenciada ganhadora do Prêmio Nobel Malala Yousafzai. Tais indivíduos existem apenas na medida em que seus próprios interesses estiverem completamente alinhados com aqueles de seus apoiadores, ou ao passo que estes interesses possam parecer como se fossem alinhados. No entanto, tais indivíduos são apresentados como admiráveis, ou como a exceção que justifica o regime tutelar humanitário, em vez de políticas participativas internacionais e nacionais.

da Assembleia Geral, que é por si mesma composta por Estados-membros das Nações Unidas, que votam de acordo com seus próprios interesses. A intervenção humanitária é, assim, complementar à soberania do Estado-nação, ao invés de serem forças opostas. Já que refugiados, por definição, não se encaixam em nenhum Estado-nação, precisam ser governados por uma força externa à ordem do Estado-nação do mundo que, ao fazê-lo, reforça a soberania do Estado-nação. A tutela, assim, incorpora as relações de poder em jogo entre, de um lado, os refugiados e, do outro, a ordem nacional-humanitária do mundo.

Na base desta soberania nacional e imperativa intervenção humanitária internacional reside o mais importante princípio por trás do humanitarismo: ser apolítico. Muito embora este princípio seja frequentemente naturalizado para além da crítica, tem suas limitações. Mais do que isso, a maioria dos refugiados percebem que a solução para sua situação não é simplesmente ter cama para dormir e pão para comer, ou ainda serem levados (ou não) para outro país. A solução, para a maioria, é inerentemente política. Como vítimas da migração forçada, refugiados são obrigados a deixar seus países de origem ou quaisquer outras situações de perseguição e violência. Por um lado, ao tratar refugiados como meros objetos de política humanitária, estes são entendidos, a princípio, como apolíticos. Por outro lado, entretanto, refugiados são tratados pelas nações acolhedoras como um problema político, em vez de serem tratados como humanos tal qual quaisquer outros cidadãos. Na ordem nacional-humanitária do mundo, pois, refugiados são apolíticos quando querem ser políticos e, como políticos, buscam ser tratados igual a outros humanos. Esta tensão tende a moldar fortemente a experiência do refúgio e tem ainda de ser amplamente

reconhecida por políticos/parlamentares, agentes humanitários e, da mesma forma, acadêmicos.

Como coloca Bruno Latour (1993), ser moderno foi um projeto que implicou, por exemplo, a separação da igreja com o Estado. Este projeto, no entanto, jamais fora completamente realizado na prática e também não está nem perto de se realizar, como estava décadas atrás. Da mesma forma, sugiro que o humanitarismo é também um projeto, que implica a criação de uma humanidade para além da política, que jamais poderia ser completamente transformado em realidade, já que é limitado pelos anseios do Estado-nação. Tal projeto não pode existir a não ser que esteja dentro do espaço relativo e contextual a ele dado pelas soberanias de Estados-nação particulares. O resultado é uma política geral de tutela que oculta a contextualização política e, com isso, as aspirações e vidas dos próprios refugiados. Presumidamente para além da política, o humanitarismo tem sido repetidas vezes considerado como algo para além da crítica também e, de tal modo, precisa ser tomado pela perspectiva analítica acadêmica e entendido como uma ideologia, no sentido de Louis Dumont (1986) – ou seja, não oposto à verdade, mas como um regime da verdade entre outros. No entanto, meus comentários não devem ser lidos como apagadores das notáveis melhoras que a intervenção humanitária tem garantido à vida dos refugiados, mas, em vez disso, como um testemunho do fato de que não importa o quão destacável esta assistência é, porque será apenas paliativa até as soluções políticas duradouras. Para ser mais preciso, o que tenho presenciado até agora sugere que é o caráter tutelar da intervenção humanitária, legitimado como apolítico, que precisa ser repensado e substituído por uma prática mais compreensiva e

contextualizada; uma prática que consideraria refugiados como sujeitos de seus próprios destinos e assumiria o caráter inerentemente político das situações de refúgio, dos sujeitos refugiados e da prática humanitária em si mesma.

Independentemente do apoio ou desfavor em relação às políticas de refugiados, levar em consideração a lógica da tutela realça as regras do compromisso político, inspiradas pelos princípios liberal-democráticos ou pelo respeito pela dignidade e autonomia humanas: Estados que intervêm militar ou politicamente nas questões de outros Estados devem assumir a responsabilidade por suas ações e receber eventuais refugiados vindos dos territórios que sofreram a intervenção. Isso, por sua vez, precisa acarretar um entendimento dos possíveis traumas e dificuldades derivadas da migração forçada. Não se pode esperar, então, que simplesmente tais refugiados sejam “integrados” ou deportados. Estados que não desejam tomar esta responsabilidade precisam abster-se da intervenção internacional e da tutela, em primeiro lugar. Alternativamente, tais Estados deveriam considerar os refugiados como sujeitos capazes de decidir seu próprio destino e, assim, desenvolver políticas de refúgio participativas, em vez de tratar os refugiados como objetos dos objetivos políticos de tais Estados. Em princípio, esta é a única alternativa que poderia possivelmente justificar o princípio liberal-democrático do respeito pela dignidade humana e as políticas que responsabilizam os refugiados pelas suas próprias ações.